

## Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira

*O fadista que é fadista  
A jeito o ferro manobra  
Metendo a mão aos arames  
Dá facada como cobra<sup>1</sup>.*

No dia 26 de Novembro de 1860 um jovem imigrante português atravessou o grande portão de ferro da Casa de Detenção da Corte, sobre o qual, naqueles tempos idos, se lia o dístico REGNANTE PETRO II<sup>2</sup>. Gregório da Rocha Moreira, 17 anos, sapateiro, natural do Porto, filho de Manoel da Rocha Moreira e de Ana Maria de Jesus, morador na Rua de São Diogo, fora enviado para a Casa de Detenção pelo próprio chefe da polícia da Corte. Seu crime: capoeira. Gregório ficaria um longo tempo experimentando a «hospedagem» da Casa. Somente em 20 de Abril de 1861, quase cinco meses depois do seu encarceramento, poderia reaver a liberdade<sup>3</sup>.

9 de Agosto de 1890. Chega ao Ministério das Relações Exteriores uma correspondência remetida pela Embaixada de Portugal no Brasil. Era uma reclamação consular assinada pelo próprio representante do governo luso. Anexada a ela, havia uma petição com a assinatura dos mais importantes negociantes portugueses da cidade. Encabeçando a lista de nomes ilustres, estava a assinatura do que seria, provavelmente, o comerciante de mais «grossa fortuna» da cidade do Rio: Joaquim José Reis<sup>4</sup>.

---

\* Universidade Estadual de Campinas.

<sup>1</sup> José Machado Pais, *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, Lisboa, Editorial Quercus, 1985, p. 60.

<sup>2</sup> Manuel Duarte Moreira de Azevedo, *Rio de Janeiro: Monumentos, História e Homens Célebres*, Rio de Janeiro, Garnier, 1877, p. 411.

<sup>3</sup> *Livro de entrada na Casa de Detenção* (doravante L.), 4059, cha (doravante F.) 2272, 26-11-1860, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (AP).

<sup>4</sup> 5F 26 GHI, Ministério da Justiça (deportação e banimento), Arquivo Nacional (AN), documentação não catalogada.

O protesto diplomático e a mobilização dos mais importantes negociantes «a retalho» da cidade do Rio tinham um só objectivo: denunciar a prisão e tentar barrar a provável deportação do súbdito português António Joaquim Pereira Martins, preso como capoeira e gatuno no dia 12 de Julho.

António Joaquim, 29 anos, nascido em Braga, negociante, morador na Rua de São Leopoldo, 99<sup>5</sup>, estava incluído numa relação de 48 portugueses que também seriam banidos do território nacional segundo determinações do chefe da polícia<sup>6</sup>. O protesto visava também barrar a expulsão desses compatriotas.

No seu ofício o cônsul português afirma não acreditar que António Joaquim fosse gatuno. O representante de Lisboa pede a opinião do chefe da polícia do Distrito Federal e a sua presença no caso. Na sua resposta Sampaio Ferraz afirma que António Joaquim fora preso no 2.º Distrito da freguesia de Sacramento. Além da acusação de capoeira, ele fora reconhecido por quatro agentes da polícia como gatuno e «explorador do conto do vigário» (segundo o mesmo documento, «meio de furtar»). De acordo com Sampaio Ferraz, ele já recebera ordem para deixar o território nacional.

Apesar das alegações de agentes da polícia de que já fora envolvido em casos de roubo na freguesia de Sacramento ou em São Cristóvão, para o cônsul aquela prisão tinha uma clara natureza política. No dia 12 de Julho António Joaquim estava num botequim na Rua do Senhor dos Passos quando um policial passou pela porta no momento em que o acusado «censurava os actos da polícia». Este teria sido o motivo da prisão, apesar da acusação de que ele fora preso na Rua do Resende por furto, tendo sido obrigado a assinar, na ocasião, um termo de bem viver, documento que obrigava o indivíduo a conseguir ocupação, sob pena de prisão.

A petição dos comerciantes lusos e o protesto do representante de Lisboa no Brasil condenavam a deportação como medida extrema, especialmente contra alguém com comércio e com família estabelecida. Aos poucos os poderosos negociantes conseguem aliados.

O objectivo da acção conjunta dos negociantes e do consulado de Portugal era convencer o ministro das Relações Exteriores a pressionar o chefe da polícia, que, na sua campanha para banir a capoeira do Rio de Janeiro, iniciada nos primeiros dias do novo regime republicano, vinha dedicando especial atenção aos imigrantes portugueses envolvidos com maltas de capoeiras.

Poucos meses antes já tinha havido um confronto entre o ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, e o chefe da polícia por conta da prisão de um afamado capoeira, filho de um dos mais ricos representantes da colónia lusa no Rio, o conde de São Salvador de Matosinhos. Esse capoeira,

---

<sup>5</sup> L. 3982, F. 2563, 12-7-1890.

<sup>6</sup> 5F 26 GHI.

José Elyσιο dos Reis, conhecido como Juca Reis, fora enviado a Fernando de Noronha em 1 de Maio, no rastro de uma crise que quase causara a primeira renúncia ministerial do governo provisório do general Deodoro da Fonseca.

O ministro da Justiça, Manuel Ferraz de Campos Sales, entrou na questão e ordenou ao chefe da polícia que libertasse o português, mas que o mantivesse sob vigilância. O ministro das Relações Exteriores voltou a pressionar o seu companheiro da pasta da Justiça pela liberdade do imigrante luso. O cônsul português enviou outro officio a Quintino Bocaiúva reiterando o seu protesto.

Nada adiantava. Sampaio Ferraz não arredava pé de pôr fora do território da República o negociante. Em resposta, enviou ao titular da pasta da Justiça os testemunhos de diversos agentes dando conta da «vida pregressa» do imigrante: o alferes Leopoldo Magalhães confirmou a acusação de ladrão e «passador do conto do vigário». O sargento do 2.º Batalhão do Regimento Policial, João Alves Rodrigues de Moura, afirmou ter conhecido António Joaquim como «capoeira e gatuno».

A correspondência confidencial entre os ministros das Relações Exteriores e da Justiça confirmou que as pressões para libertar o negociante luso ainda corriam no final de Agosto.

O 3.º delegado, provavelmente obedecendo a ordens de Sampaio Ferraz, devolveu um requerimento do próprio ministro da Justiça no qual este pedia pela liberdade de António Joaquim, alegando que ele era «honesto e trabalhador», além de proprietário de um botequim. O delegado confirmou a expulsão e a culpa do acusado.

Mas os negociantes não desistiram. Joaquim José dos Reis enviou um officio ao cônsul pedindo até a intervenção de Sua Majestade, o rei de Portugal, em favor de um súbdito preso «ilegalmente» na Casa de Detenção do Rio de Janeiro e intimado a sair do país. A sua versão diferia da dos policiais em pouca coisa: na noite de 12 para 13 de Julho, embriagado, António Joaquim criticara a polícia em voz alta e por isso fora levado à estação policial do Largo de São Domingos, onde alguns policiais, velhos inimigos, criaram a história de que ele era «gatuno». Remetido à Casa de Detenção por ordens expressas de Sampaio Ferraz, ali o lusitano ainda pôde articular os mecanismos do compadrio e da solidariedade pátria que ligavam os imigrantes portugueses no Brasil.

Esses negociantes ainda confirmaram por escrito a honestidade do campariota encarcerado. Renovaram o pedido de intervenção do rei. Agora a falta de provas era o álibi dos companheiros de António Joaquim. As pressões avolumaram-se, de dentro e do exterior, contra o responsável pelo policiamento da capital. Acatando uma ordem directa do ministro da Justiça, Sampaio Ferraz mandou libertar António Joaquim Pereira Martins em 27 de Setembro de 1890.

Um dos pormenores mais significativos dessa longa novela é que a acusação inicial do chefe da polícia, a de que António Joaquim era capoeira, jamais foi contestada.

Estas duas histórias, separadas por quase trinta anos e muito diferentes entre si, relatam fragmentos de uma história muito maior e que teve papel importante na história social e cultural do Rio de Janeiro no século XIX: a presença de imigrantes portugueses nas maltas de capoeiras.

A história da imigração portuguesa no Rio de Janeiro e do seu papel na vida cultural da cidade no século XIX tem sido focada quase sempre sob o ponto de vista do conflito e da diferença. Vistos como representantes da dominação colonial, que perdurou por trezentos anos, os imigrantes portugueses carregaram este fardo por muitos anos, dentro e fora dos livros.

Os portugueses eram identificados como colonizadores, exploradores, que abusavam dos preços e estavam ligados ao ódio racial<sup>7</sup>. Detentores de privilégios antigos, eram beneficiados pelo discurso racista em voga no final do século, que desprezava o nacional «preguiçoso e indolente» em troca do imigrante «trabalhador e operoso».

Este imaginário teria contribuído para manter a grande maioria dos negros, egressos da escravidão no pós-13 de Maio, numa condição de anomia social, facto que explicaria a manutenção de amplas maiorias da população negra na marginalidade<sup>8</sup>.

As nossas hipóteses partem de outro modelo. Para nós a participação maciça de portugueses nas maltas de capoeiras é sinal de um forte processo de intercâmbio cultural entre a população mais pobre da cidade (na esmagadora maioria negra e mestiça em meados do século) e os imigrantes lusos, que começam a desembarcar em grande número no país no período pós-1850.

Para nós a chave desse intercâmbio cultural entre a população negra-escrava e os imigrantes portugueses no Rio da segunda metade do século XIX estava no compartilhar de condições de vida e trabalho extremamente próximas. Os imigrantes portugueses e a população negra da Corte dividiam um mesmo nicho ocupacional e, por vezes, moravam no mesmo cortiço, assistiam às mesmas festas, usavam as mesmas roupas e morriam das mesmas epidemias.

Mas, além dessa proximidade social e económica, uma insólita ligação cultural contribuiria para entendermos a adaptação rápida do elemento

---

<sup>7</sup> Gladys Sabina Ribeiro, «Cabras» e «Pés de Chumbo», *Os Rolos do Tempo. O Antilusitanismo na Cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*, 2 vols., dissertação de mestrado, ICHF, UFF, 1987.

<sup>8</sup> A escola paulista na década de 1960 foi quem mais desenvolveu a tese da anomia social da população negra em consequência da concorrência com o imigrantismo (v. Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, Ed. Ática, 1978).

português recém-chegado ao jogo da violência urbana, onde o capoeira tinha presença destacada. Aí entramos na figura sincrética do fadista.

## O FADISTA

O primeiro estudioso a demonstrar a proximidade cultural entre os portugueses de classe baixa e os capoeiras cariocas da metade do século foi Marcos Bretas num seu artigo sobre a repressão de 1890. Numa rápida passagem ele descreve esse fenómeno:

A forte presença portuguesa no meio da capoeiragem chama a atenção para a forte semelhança com a boémia popular de Lisboa do século XIX: os fadistas. Um cronista português da viragem do século chega a afirmar que os capoeiras são os fadistas do Rio de Janeiro. Unidos na tradição de brigas e conflitos, fadistas e capoeiras compartilham a arena de predileção, a navalha<sup>9</sup>.

Mergulhando nessa pista, podemos perceber com maior nitidez a forte proximidade que une indivíduos separados por tantos quilómetros de mar. O primeiro espanto fica na visualização dos dois tipos sociais nos seus trajes típicos: as calças de boca-de-sino, os cabelos em bandós (soltos, desalinhadados), o chapéu desabado, os sapatos de salto de prateleira para o fadista lusitano, equivalem às calças largas, ao paletó-saco desabotoado, à camisa de cor e ao chapéu de feltro do capoeira carioca descritos na narrativa clássica de Alexandre Mello Moraes Filho<sup>10</sup>.

Quem era o fadista? Personagem destacada da marginalidade lisboeta do século XIX, ele fazia parte, juntamente com as prostitutas, marinheiros, vagabundos e rameiras, do universo do *bas fond* lusitano. Realça aí a primeira similitude entre os dois tipos culturais alegados: tanto o capoeira como o fadista eram produtos de uma incipiente sociedade urbana do século XIX e também filhos da marginalidade cidadina.

Assim, fadistas e capoeiras compartilhavam uma mesma origem: subprodutos de uma sociedade urbana desigual e violentamente excludente, simbolizavam um universo cultural singular e único.

O fadista era personagem inevitável da crónica policial lisboeta e destacava-se não somente pelo canto do fado, hoje símbolo maior da cultura

---

<sup>9</sup> Marcos Luís Bretas, *A Queda do Império da Navalha e da Rasteira: A República e os Capoeiras*, mimeo., Casa Rui Barbosa, pp. 44-45.

<sup>10</sup> Alexandre Mello Moraes Filho, *Festas e Tradições Populares do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, s. d.

portuguesa, mas também pela forma singular de luta, caracterizada pelo uso da navalha e pelos golpes de agilidade paralelos aos por nós já conhecidos:

A navalha era o instrumento predilecto da expansão do génio e o argumento decisivo nas disputas e rixas. Um inglês fleumático, mas assustado, de passagem por Portugal, escrevia a propósito: «A maioria dos portugueses veneram a navalha com a ternura de uma arma nacional. Ela é-o de fato e os registos policiais dão eloquentes provas da sua acção. Segui com atenção os movimentos de um desordeiro e vereis que as mãos procuram instintivamente os bolsos, onde a navalha espera o momento de intervir.» [...] A certos locais a polícia não ia com receio de andar em bolandas diante do bico dos sapatos e do bico das facas da frandulagem<sup>11</sup>.

O cronista Tinop, como era conhecido o jornalista João Pinto Ribeiro de Carvalho, na sua colectânea sobre a história do fado, estabeleceu o paralelo entre os capoeiras e os fadistas, como também notaria Bretas mais tarde:

Como os *mâitres en fait d'armes* do século XVIII falavam de papo em esgrimaduras de espadas, também ele [o fadista] fala de cadeira no tocante à esgrima da navalha, que maneja com virtuosidade, pinchando baileiros, pulando com ginásticas felinas de tigre, fazendo «escovinhas», riscando a preceito.

Os fadistas do Rio de Janeiro são os capoeiras. Tem havido alguns notabilíssimos pelas proezas<sup>12</sup>.

O duelo entre Manduca da Praia e Sant'Anna e Vasconcelos selou o encontro entre o fadista da Mouraria e o capoeira Nagôa<sup>13</sup>. Agora eles caminhariam juntos, tendo como palco as ruas movimentadas da capital do império brasileiro.

A gíria do fadista, para completar a união (anexo), guarda extraordinárias semelhanças com o jargão das camadas populares da sociedade fluminense, como poderemos ver no vocabulário dos capoeiras.

---

<sup>11</sup> José Machado Pais, *op. cit.*, p. 47. A descrição do inglês encontra-se em A. Kotnay, *John Bull e o Zé Povinho: Análise da Vida Portuguesa*, Porto, s. d., 1918.

<sup>12</sup> Tinop (pseudónimo de João Pinto Ribeiro de Carvalho), *História do Fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, pp. 49-50.

<sup>13</sup> Tinop, *op. cit.* Sobre o célebre encontro do capoeira Manduca da Praia e o fadista Santana e Vasconcelos disse Tinop: «O Manduca da Praia — um homem pardo, temível —, que tinha loja de peixe no mercado, pendenciou Santana e Vasconcelos num botequim carioca, mas o nosso compatriota reguingou-lhe com valentia. Santana e Manduca da Praia saíram uma vez de braço dado de um teatro a cuja porta eram esperados por uma alcateia de capoeiras com o fim de os agredirem. Mas os maraus não se atreveram a tocar-lhes e limitaram-se a abrir alas à sua passagem» (p. 54).

«Sardinha», «rasteira», «ginga», são alguns dos extraordinários paralelos entre a fala do fadista e a gíria da capoeiragem carioca. Essa proximidade reforça a ideia de um fundo cultural comum, unindo navalhistas de ambos os lados do Atlântico.

Outra personagem da fauna das ruas lisboetas que guarda parentesco na Corte era o marialva. Burguês acostumado a frequentar o submundo, ou filho de famílias aristocráticas que percorre a sarjeta, era um ponto de união entre os salões da camada dominante e a vigorosa cultura de rua dos bairros boêmios de Lisboa. A cíclica repressão policial que se abatia sobre a vida nocturna lisboeta era motivada pela reiterada presença dessa personagem, como bem afirmou um contemporâneo:

O que tem a ver a polícia com o desleixo paterno que permite que a sociedade dourada de Lisboa prefira, muito a seu talante, a tarina da esquadra ao fofo colchão do lar doméstico? Em vez das aulas, preferem os bilhares; em vez da vida passada na família, preferem os prostíbulos; as batotas ao curso superior; a vadiagem aos empregos honestos [...] Marialva era quase sinónimo de estroina. Vadios de estirpe — aristocratas de meia tigela —, para estes marialvas tanto fazia jogar num salão ricamente mobilado à luz de cem velas de *spermacetti* como apostar numa baiuca iluminada por velas de sebo e com um vigia à porta para dar sinal quando se [aproximava] a polícia [...] <sup>14</sup>

O mais famoso marialva da Corte do Rio foi José Elysio dos Reis, mais conhecido por Juca Reis, filho de importante família lusitana, do qual falaremos mais tarde.

## O ENGAJADO

Façamos a travessia. O fim do tráfico atlântico de africanos e a enorme demanda de cativos para as fazendas próximas do vale do Paraíba fluminense, então vivendo o apogeu do café, levaram as autoridades e homens de negócios da Corte a pensarem urgentemente na substituição da mão-de-obra urbana.

A imigração lusitana, oriunda principalmente das ilhas dos Açores, foi o recurso mais próximo para trazer braços para a cidade. De acordo com o artigo de Luís Felipe Alencastro sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro de meados do século <sup>15</sup>, os primeiros imigrantes portugueses chega-

---

<sup>14</sup> José Machado Pais, *op. cit.*, pp. 55-57.

<sup>15</sup> Luís Felipe Alencastro, «Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872», in *Novos Estudos*, CEBRAP, n.º 21, Julho de 1988, pp. 30-56.

dos por volta de 1850 vieram com o objectivo de ocuparem os espaços antes tomados pelos escravos urbanos.

O desembarque em massa de açorianos no Rio de Janeiro teve início quando o tráfico africano clandestino ainda era vigoroso. Surgiram denúncias de que os navios empregados no tráfico africano eram também usados no transporte de imigrantes portugueses e em idênticas condições<sup>16</sup>.

Aqui desembarcados, os imigrantes lusos não deixavam de sofrer as iniquidades de uma sociedade formada pelo trabalho escravo. De 1850 a 1872 o principal termo que designava um imigrante português pobre era *engajado*<sup>17</sup>. Ao embarcar num «negreiro», um jovem açoriano, geralmente com idade entre os 13 e os 17 anos (a mesma idade, em média, de um africano importado), «assinava» um contrato com o capitão do navio pelo qual, em troca da passagem, teria de trabalhar na nova terra com um senhor escolhido pelo capitão.

A imensa maioria de analfabetos nesse momento testemunha os sinais da fraude, que muitas vezes acontecia. No novo mundo o capitão entregava o *passé* do engajado a um proprietário ou negociante que precisava de trabalhadores e, por meio da compra do *passé*, que significava o preço da viagem, este adquiria o trabalhador.

As semelhanças com a escravidão não terminam aí. O engajado teria de pagar a soma da sua viagem com trabalho gratuito, cuja duração, logicamente, era estipulada pelo senhor. Em grande parte dos contratos este tempo chegava a três ou cinco anos. O imigrante que se evadisse do trabalho antes de ter terminado o «contrato» entrava na categoria de fugitivo, um aparente exclusivo da escravidão negra.

Os registos da Casa de Detenção guardam episodicamente fichas de imigrantes portugueses presos por terem «fugido», um aparente paradoxo explicado pelas peculiaridades do trabalho «livre» numa sociedade marcada pelo cativoiro.

A grande maioria dos portugueses adolescentes que desembarcaram na cidade entre 1850 e 1872 morriam três anos após a chegada ao Brasil, vítimas da febre amarela, das péssimas condições das moradias, das jornadas extenuantes de trabalho. Para os imigrantes chegados neste período, a experiência da imigração aproximava-se de muitas formas do regime das sanzalas. As constantes denúncias de «escravidão branca» veiculadas pelo *Jornal do Comércio* são candente testemunho desse drama<sup>18</sup>.

Os imigrantes mudam a vida da cidade. O êxodo português em massa para o Rio coincide com o nascimento do cortiço, a moradia precária que se tornou típica da miséria urbana da segunda metade do século XIX<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p. 37.

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, p. 36.

<sup>18</sup> *Jornal do Comércio* de 25-02-1862, in Luís Felipe Alencastro, *op. cit.*, p. 40.

<sup>19</sup> Sobre os cortiços, v. artigo de Sidney Chalhoub, *A Guerra contra os Cortiços: a Cidade do Rio, 1850-1906*, 1.ª versão, n.º 19, IFCH-UNICAMP, 1990.

A primeira menção policial ao cortiço é de 1856, e os relatórios do chefe de polícia da Corte desde essa data reforçavam ano após ano a necessidade de legislar sobre a matéria ou coibir os abusos de proprietários desinteressados da saúde pública da cidade. O cortiço era visto pelas autoridades do tempo como o lugar primordial do imigrante português:

Na falta de posturas municipais que providenciem a respeito das casas denominadas «cortiços», que existem em quase todas as ruas da cidade e onde reside a grande maioria de estrangeiros, principalmente portugueses, e de artistas naturais do país, tem-se esforçado a polícia por adoptar medidas convergentes não só a manter a ordem nesses lugares habitados por pessoas de educação e costumes *menos ajustados* [italico nosso], e por isso propensas a praticar actos reprovados, mas também a garantir a salubridade<sup>20</sup>.

Um censo realizado em 1856<sup>21</sup> mapeou a população portuguesa habitante dos cortiços naquele ano (v. quadro n.º 1). Cerca de metade da população moradora em cortiços (51,9%) era de origem portuguesa, onde os nacionais estavam em clara minoria (35%). A freguesia com maior quantidade de imigrantes era Santa Rita (31,7%), seguida por Santo António (24,7%). Infelizmente, não havia dados para Santana.

**Imigrantes portugueses e cortiços por freguesias: 1856**

[QUADRO N.º 1]

Freguesias	População total	População portuguesa	Percentagem
Glória . . . . .	712	367	51,5
Santa Rita . . . . .	995	661	66,4
São José . . . . .	241	94	39,0
São Cristóvão . . . . .	223	73	32,7
Lagoa . . . . .	471	305	64,7
Santo António . . . . .	1 171	516	44,0
Sacramento . . . . .	183	65	35,5
<i>Total . . . . .</i>	4 003	1 437	51,9

**Fonte:** «Relação dos cortiços existentes na Corte com designação do seu número e população por sexo, estado, nacionalidade e profissão», in *Brasil — Relatório do Ministro dos Negócios da Justiça*, 1856.

<sup>20</sup> «Relatório do chefe de polícia da Corte», in *Brasil — Ministério dos Negócios da Justiça*, relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, 1863, p. 8.

<sup>21</sup> V. quadro n.º 1.

De qualquer maneira, podemos perceber como os lusitanos se concentravam nos pontos mais centrais da cidade. Essa distribuição vai ter implicações profundas na geografia da capoeira.

Os portugueses imigrantes tinham também lugar cativo nas estatísticas criminais. Todos os relatórios do chefe de polícia da década de 1860 foram concordes em registrar maior número de crimes cometidos por estrangeiros do que por nacionais, estrangeiros esses na esmagadora maioria provenientes de Portugal<sup>22</sup>.

Quem era esse português imigrante? A tradição deixou uma imagem que se solidificou na memória: largos bigodes, tamancos, um emprego de caixeiro arranjado além-mar, aversão pelos nacionais, apesar do apetite pelas mulatas, uma tenacidade de trabalho a toda a prova, laborioso, mas mesquinho no trato, sóbrio e económico, que enviava todos os meses as suas economias para a terra natal, e desonesto na relação com os fregueses nacionais, além de só prestar favores a compatriotas.

Esta visão, marcada pelo imaginário popular, alimentou durante muitos anos o antilusitanismo xenófobo, que uma vez por outra explodia pela cidade<sup>23</sup>.

As fontes consultadas sobre as duas primeiras décadas da emigração em massa retrata um imigrante português muito diferente desse descrito pela tradição.

O relatório do director da Casa de Correção da Corte publicado em 1872 é um exemplo magnífico dessa leitura. Revelando que os portugueses representavam muito mais de 50% dos estrangeiros detidos na Casa, e em número superior aos próprios brasileiros, e que em grande parte eles eram condenados por crimes «contra a propriedade» (roubos, assaltos, arrombamentos, etc.), desafia a sua preocupação com o destino desses jovens estrangeiros que engrossavam as estatísticas criminais:

Como sabemos, moços até imberbes avultam na massa de imigrantes dessa nação e que, aqui chegados, não têm, por via de regra, quem os guie, quem lhes reprima as paixões próprias dessas idades, quem, finalmente, os sustenha no plano inclinado do vício e do crime<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> Segundo os relatórios de polícia da Corte, a maioria dos réus que foram a julgamento entre 1859 e 1864 eram estrangeiros, onde despontavam os portugueses:

	Nacionais	Estrangeiros
1859 .....	114	166
1860 .....	68	133
1861 .....	57	133
1862 .....	65	103
1863 .....	93	228

<sup>23</sup> Gladys Sabina Ribeiro, *op. cit.*

<sup>24</sup> «Relatório do director da Casa de Correção da Corte», in *Brazil*, 1872.

A visão tradicional do português morigerado e que pode contar com a protecção de conterrâneos enriquecidos, decantada pelos cronistas da época, como no romance de Aluísio Azevedo *O Cortiço*, é rompida, nas palavras de uma autoridade incumbida de conviver diariamente com a marginalidade, em troca de um imigrante turbulento e potencialmente perigoso para a ordem social:

Muito cedo independentes, com dificuldades, sujeitam-se ao que deles razoavelmente exigem os seus patrões; em pouco tempo as casas comerciais, conhecedoras dos seus desregramentos, repelem-nos, e ei-los com a miséria em perspectiva; ora, se o homem já feito, e mesmo de espírito um tanto ou quanto cultivado, algumas vezes claudica, o que será desses *a quem tudo falta na terra estrangeira* [itálico nosso], desses a que poderia chamar verdadeiros órfãos!

Tenho observado que o amigo ou conhecido de outrora poucas vezes, ou quase nunca, visita o condenado; este facto tem-se dado mesmo com homens que fora deixaram relações firmadas em sólidas bases, como seja o dever de gratidão. Dos parentes, só a mãe faz excepção constante a esta quase regra; depois dela, a mulher e os filhos<sup>25</sup>.

Se mesmo os adultos tinham dificuldade em accionar os mecanismos de solidariedade na «colónia», quanto mais os jovens na puberdade ou na adolescência, oriundos de zonas rurais, completamente impreparados para enfrentarem uma metrópole como a cidade do Rio de Janeiro e desassistidos dos mecanismos do patriarcalismo e protecção, apanágio de uns poucos vindos dos grandes centros e do circuito do comércio.

Soltos da Detenção ou da Correção, buscavam os canais nativos de socialização, na medida em que os ligados aos seus compatriotas eram fechados pela mácula do crime e da delinquência:

Cumprida a pena, depois de ficar por maior ou menor espaço de tempo segregado do resto do mundo, sai o condenado com algumas dezenas de mil réis provenientes do saldo do seu pecúlio. O desar e a ausência têm produzido a indiferença, se não o desprezo dos antigos conhecidos. Sigamo-lo. Vê-se atirado de chofre no meio desta grande cidade, ébrio das sensações tão naturais a quem saiu há pouco do cativeiro; vítima dos gatunos e jogadores, provocado pela torpe cobiça das mulheres perdidas, atraído pelos espectáculos ao alcance da sua bolsa, pelos cafés cantantes, casas de pasto e de bebidas, fábricas de cerveja, onde à luz profusa do gás tocam bandas de música<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>26</sup> *Ibid.*,

A imagem que nos vem à mente é a do débil camponês, de pés descalços, camisa de meia e chapéu roto, jogado numa cidade de pretos e pardos, vulnerável as mais simplórias propostas de crime e ganho e disposto a fazer parte do primeiro grupo que lhe abrir espaço. A «cidade negra» estava pronta para tragar o perdido açoriano, no quadro desenhado pelo director da Correção:

Em poucos dias exaurem-se os pequenos recursos que levava, ninguém o guiou, e menos agora alguém o guia. Pelo contrário, o cardume de vadios e ratoneiros que infestam a cidade atraindo-o como que por força centrípeta, verificando-se que muitas vezes acontece serem aplicáveis ao mundo moral as leis que regem o mundo físico.

Esta seria a trajectória do simplório camponês açoriano antes de entrar nas maltas. De «galego», português tíbio e impreparado, ele estava pronto a tornar-se «fadista»<sup>27</sup>. É bem verdade que muitos fadistas já vinham «formados» da terra e, pela experiência adquirida nos grandes centros, como Lisboa e Porto, estavam mais tarimbados para enfrentarem as vicissitudes da grande metrópole. Mas tanto um como o outro convergiam para as maltas em busca da solidariedade e da socialização que lhes era negada pelos compatriotas abastados e pelo Estado repressor.

O português capoeira não só se adaptou ao novo mundo que surgia à sua frente, como também influenciou esse mundo; talvez o maior sinal da presença lusa na capoeira esteja na generalização da navalha como símbolo desta nas últimas décadas do século.

Enquanto a capoeira era limitada pela condição escrava na primeira metade do século XIX, o uso da navalha era tão comum como estoques, pedras ou qualquer outro instrumento de agressão. O símbolo da capoeira, e que funcionava como sinal da habilidade típica, era a cabeçada, descrita por algumas autoridades como a «principal arma do capoeira»<sup>28</sup>.

A navalha, que por volta de 1890 era o estereótipo da capoeira, tanto que o seu simples porte já atribuía ao seu portador o estigma de «capoeira», tinha

---

<sup>27</sup> António Joaquim Macedo Soares, no seu dicionário (*Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, INL, 1954, 1. is. o. fs., edição de 1889), no verbete «Galego», assim refere: «Injurioso português, ruim, inimigo do Brasil. Das lutas da independência ficou este resquício odioso: empregado na guerra civil do Rio Grande do Sul pelos rebeldes contra os legalistas. Galego em Portugal chamam os do Sul aos do Norte.» Varnhagem, 1848, p. 133, diz: «Alcunha de galego, epíteto com que os das províncias meridionais de Portugal apodam os filhos do Norte, compreendendo os próprios portugueses que se distinguem por sua pronúncia agalegada [...] No Brasil, como a maior força dos colonos migrantes lusos vem do Minho, foi ampliada a acepção do vocábulo, chamando-se muitas vezes indistintamente galegos aos filhos do reino» (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* [...] 1838, n.º 133) [...] homónimo, em Portugal serviçal de recados, moço de fretes, aguaceiro, homem incivil, de condição baixa» (V. I, p. 208), Fadista: «prostituta, homónimo português de capoeira» (V. I, p. 218).

<sup>28</sup> Códice 324, vol. I, fl. 19, 22-1-1829, AN.

sido no Portugal dos fadistas também um símbolo. Como podemos ver na profusão de gírias para nomear a navalha (anexo), esta era no Portugal do século XIX quase um fetiche, um símbolo da «Mouraria lisboeta».

Pensamos que a generalização simbólica da navalha foi resultado da presença maciça de portugueses nas maltas que já traziam da terra natal a «sardinha» guardada no bolso<sup>29</sup>. Outra proximidade que haveria entre africanos, crioulos e portugueses era a predilecção pela vida urbana. Deslocados da sua terra muitas vezes para alimentarem de braços as fazendas de café do Sueste, os lusitanos demonstravam todo o tempo o seu desapego à vida rural e a sua pretensão de fazerem fortuna ou de criarem raízes nos centros urbanos, entre os quais a Corte despontava. A sua experiência no campo muitas vezes dava a tônica da sua insatisfação, que uma vez por outra resultava em rebeliões, brigas e fugas. Como os africanos, os portugueses percebiam a cidade como espaço privilegiado da troca e da sociabilidade, que permitia colocar em prática planos e projectos no estreito ambiente das fazendas<sup>30</sup>.

**Imigrantes portugueses por freguesias: 1872**

[QUADRO N.º 2]

Freguesias	População total	População portuguesa	Porcentagem
Santa Rita . . . . .	34 835	9 024	25,9
Candelária . . . . .	10 005	4 406	44
Sacramento . . . . .	27 077	8 064	29
Santo António . . . . .	20 693	4 981	23,6
Espírito Santo . . . . .	14 130	3 033	21
São José . . . . .	20 282	5 084	25
Santana . . . . .	38 903	8 010	20
<i>Total</i> . . . . .	165 925	43 062	25,9

**Fonte:** *Recenseamento da População do Município Neutro de 1872*, Rio de Janeiro, 1872, pp. 58-59.

Luís Edmundo, com sua linguagem peculiar, sintetizou a atracção que a urbe despertava na alma lusitana:

No campo não há peste. Sabem todos disso! Mas a cidade fascina-os. Preferem ficar. E morrer, sonhando com as riquezas dos que voltam com as algibeiras peçadas de libras, obesos e comendadores. O balcão, promissor, embriaga-os, seduze-os. Que importa, por isso, a peste da cidade imunda que apodrece ao sol?...

<sup>29</sup> Sardinha ou tiba na gíria de fadistas (v. anexo).

<sup>30</sup> Sobre a predilecção de escravos e negros pela cidade, v. o subcapítulo «Um 'objecto' gravíssimo: a segurança», in Sidney Chalhoub, *Visões de Liberdade*, São Paulo, Comp. das Letras, 1990, pp. 186-198.

Há senhores de fazendas, de sítios e de chácaras distantes que vão a bordo [dos navios de imigrantes] oferecer a essa gente trabalho, garantia de um viver tranquilo, ao abrigo da peste, dinheiro. É a lavoura próspera entre árvores copadas e arroios cantantes. Ar sadio.

Campo? Dão-lhe as costas. Era o que faltava!

Do campo vêm eles e de campo estão fartos, o campo só lhes dá suor, fome, aflição.

— Não queremos.

— E a peste?

— Que importa a peste! Não queremos!

Não querem. Não são mais lavradores. Não querem mais a função prosaica de caboucar a terra. Não dá glória e fortuna o enxó e o arado. Pois não foi sempre assim<sup>31</sup>?...

A «peste» era a febre amarela, que começava a dizimar na Corte no exacto instante em que se iniciava a imigração em larga escala. A grande maioria das vítimas eram os jovens portugueses. É Luís Edmundo ainda quem fala:

São cartas para lá e sempre escritas por mãos estranhas, porque eles, os pobrezinhos, não sabem escrevê-las. Somos nós aqui que a maldita «amarela» de preferência escolhe, deixando os da terra. Porquê? Outra: o mano Manuel apanhou-a e de tal sorte que lá se foi, coitado. Morreu como um passarinho! E ainda mais outra: do nosso concelho vieram 30, só restam dois — eu e o Augustinho. O resto foi-se...<sup>32</sup>.

As relações entre os imigrantes portugueses e a população negra na cidade do Rio de Janeiro eram marcadas pela ambiguidade. Ao mesmo tempo que havia a troca simbólica e cultural, testemunhada pela participação maciça nos registos de prisão de capoeiras, havia o conflito pelo mercado de trabalho, onde lusitanos e escravos disputavam as mesmas áreas e as mesmas ocupações. É o que fica claro numa greve de escravos carregadores, da Costa da Mina, em 1872, que, lutando por melhores preços para os seus serviços com os proprietários, acabam engalfinhando-se com trabalhadores livres brancos da estiva, com toda a certeza portugueses:

ATAQUE DE BÁRBAROS. Os pretos carregadores também fizeram a sua «paredo», mas à moda da Costa da Mina, isto é, ao som do cacete e de gritarias quase selvagens. A causa foi terem exigido mais 20 réis pelo

---

<sup>31</sup> Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, Rio de Janeiro, ed. Xenon, 1987, p. 28.

698 <sup>32</sup> Id., *ibid.*

carreto de carne seca aos negociantes do género e terem estes deliberado substituí-los por homens livres. Ontem à tarde, depois da 1 hora, reuniram-se mais de 50 na Praça das Marinhas quando os trabalhadores brancos estavam a fazer a descarga e opuseram-se a que se efectuasse. Trouvou-se luta, que era armada da parte dos agressores e teria tomado carácter violento, tendo caído já alguns homens ao mar, se não acudisse uma força da polícia da 5.<sup>a</sup> Estação que prendeu alguns dos desordeiros e dispersou outros. Achava-se presente o Sr. Capitão Marques Sobrinho. Os agressores que foram presos são sete escravos e um preto liberto, os quais foram levados à presença do doutor 2.<sup>o</sup> delegado, que os mandou recolher ao xadrez da polícia<sup>33</sup>.

Como dissemos antes, a troca cultural entre escravos e imigrantes portugueses era mediada pelas experiências muito próximas de vida e trabalho na Corte, possivelmente mais estreitas do que aquelas entre cativos e brancos pobres na cidade. Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que a grande maioria dos brancos que primeiro se envolveram com o jogo da capoeira eram de origem lusa. Assim, a presença não negra na capoeira, tão marcante por volta de 1890, era mediada pela experiência dos imigrantes.

Essa experiência comum ainda demoraria muito até ser rompida. Em 1871 o cônsul português ainda reclamava da «venda de pessoas livres», com toda certeza compatriotas seus<sup>34</sup>.

Desembarcados na Corte, em grande parte sem apoio de conterrâneos e sem família, com idades entre a puberdade e a adolescência, na grande maioria homens, trazendo uma vivência rural em grande medida inadequada à vida na cidade, vulneráveis à violência e às epidemias, os jovens portugueses decerto foram obrigados a deixar de lado os preconceitos trazidos da terra natal e relacionaram-se amplamente com a população negra e mestiça, que dominava as ruas da capital do império.

Estes negros e mestiços, em décadas a fio de convívio na cidade colonial, controlavam os canais sociais e culturais que permitiam estabelecer um *modus vivendi* com a violência policial e as oportunidades fugazes de trabalho e lazer. Entre os becos e vielas da cidade-labirinto os negros detinham a chave que permitia abrir brechas que não só aliviavam as agruras da desclassificação social, mas também podiam abrir novos horizontes para além da espoliação e da miséria.

<sup>33</sup> *Jornal do Comércio* de 3-5-1872. Sobre greves de escravos, v. o artigo de João José Reis, «A greve negra de 1857 na Bahia», in *Revista da USP*, Junho-Agosto de 1993, pp. 6-29.

<sup>34</sup> «Avisos do Ministério da Justiça a diversas autoridades», l.j6 19, 19-4-1871 (reservado), AN.

Vamos agora visualizar estes fadistas-capoeiras em acção.

## RASTEIRAS E CAMBAPÉS

*Manoel Francisco da Cruz  
De Santana ao delegado  
foi levado  
Em cortejo marcial  
Porque fadista de truz  
Foi à noite encontrado  
Bem armado  
De rico e fino punhal<sup>35</sup>.*

O dia 20 de Fevereiro de 1872 estava excepcionalmente quente na freguesia de Nossa Senhora de Sant'Ana. O empregado da limpeza pública Manoel Joaquim da Rocha, português, morador na Rua do Bom Jardim, 8, deixara a sua carroça e fora jantar na Rua do Alcântara.

Ao passar pela Rua de São Leopoldo fora abordado por Bernardino José da Costa, português, de Braga, 18 anos, feitor dos empregados da limpeza pública, morador na estalagem da Rua de São Leopoldo, 73. Este segurou Manoel Joaquim da Rocha pela camisa e reclamou por este ter «falado dele». Manoel negou a acusação, mas Bernardino ameaçou-o de o «mandar amarrar num mourão e dar-lhe uma sova de vergalho»<sup>36</sup>.

Manoel reagiu, afirmando que Bernardino não podia agir assim. Bernardino, conhecido capoeira da freguesia<sup>37</sup>, mandou chamar os empregados da limpeza que estavam sob o seu comando. Estes, armados de achas de lenha, foram ao encontro de Bernardino, destacando-se um pardo, que pediu a todos que deixassem a vítima com ele, pois «ensinaria como fazer». Neste momento o administrador da limpeza pública na área, Bento José Barbosa, tentou apartar o conflito entre os seus empregados, ameaçando-os com descontos nas suas diárias.

A ameaça não esfriou o clima. Os moradores da estalagem da Rua de São Leopoldo, 71, onde morava Manoel Joaquim, acudiram em massa aos gritos do vizinho, e Bernardino, vendo a ameaça passar de agressor a agredido, convocou outros empregados. O conflito ameaçava dar num grande «rolo» e a situação chegou a um ponto crítico quando o grupo de Bernardino invadiu a estalagem rival.

A tensão chegou a um ponto máximo, mas a guerra entre empregados da limpeza, sob a batuta do capoeira português Bernardino José da Costa, e os

---

<sup>35</sup> *Gazeta de Notícias* de 19-2-1878. «Cambapé» é a gíria lisboeta que significa rasteira (v. anexo).

<sup>36</sup> Bernardino José da Costa, caixa 46, processo 9, Arquivo Judiciário (AJ).

<sup>37</sup> *Diário do Rio de Janeiro* de 22-2-1872.

moradores da estalagem rival foi evitada por moradores de ambos os cortiços, que acalmaram os ânimos. Segundo o *Diário do Rio de Janeiro*, não apareceu nenhum policial para conter o distúrbio<sup>38</sup>.

Mas foi o bastante para a vítima, Manoel Joaquim da Rocha, abrir um processo contra Bernardino por «ameaças», artigo 207 do Código Penal. O processo foi a júri, mas a parte final está desaparecida, pelo que foi impossível verificar o destino imediato de Bernardino. Sabemos que ele não se emendou, pois em 1875 respondeu a outro processo por ofensas físicas e em 1877 voltou a ser preso, desta vez por «embriaguez habitual»<sup>39</sup>.

O que se percebe deste processo, infelizmente muito fragmentado, em primeiro lugar, é o papel de liderança que Bernardino exercia na sua função. Além de feitor de turmas de limpeza, ele teria uma ascendência sobre os empregados que iria além do cargo, ascendência esta capaz de levar empregados a envolverem-se numa perigosa briga de rua por questões que eram especificamente suas. Podemos, pelo menos, sugerir que o facto de ele ser conhecido como capoeira tinha uma certa influência nesse sentido.

É também de realçar o pormenor da presença do pardo e a sua rápida fala no sentido de «ensinar como fazer». Seria o pardo também um capoeira? Estaria ele a usar o conflito como oportunidade de um ensinamento aos seus companheiros, como fica insinuado no documento?

Na época em que Bernardino se atracou com o seu conterrâneo ser capoeira e ser português era uma condição integrante da vida cultural da cidade. O processo de penetração do elemento lusitano nas maltas foi iniciado e completado nas décadas que medeiam entre o fim do tráfico atlântico de africanos e os anos 1870.

Os registos de portugueses presos como capoeiras na Casa de Detenção já foram mencionados no capítulo anterior. Pretendemos aqui analisar mais acuradamente aqueles presos em malta. Os padrões ocupacionais de portugueses, como já mencionámos, são bastante próximos de negros, escravos e brancos livres. Assim, o carroceiro Joaquim António de Castro, 28 anos, açoriano da ilha Terceira, morador na Rua da Providência, preso por «capoeira e resistência», e José Francisco Machado, 15 anos, criado, residindo no Largo do Moura (com certeza seu local de trabalho), nascido na Póvoa da Azambuja, próximo de Lisboa, preso no dia 26 de Setembro de 1870, um mês antes de António Joaquim, exerciam profissões diversas, mas próximas dos padrões de trabalho dos escravos, como trabalhadores domésticos ou de rua, que eram maioritários entre os escravos capoeiras das décadas de 1870<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> *Ibid.*

<sup>39</sup> Bernardino José da Costa, 23 anos, solteiro, carroceiro, morador na Rua de São Leopoldo, preso na freguesia de Santana por «embriaguez habitual» no dia 18 de Maio de 1877 (L. 4040, F. 973, AP).

<sup>40</sup> L. 4052, respectivamente F. 774, de 26-9-1870, e F. 915, de 26-10-1870, AP.

Os padrões de moradia de portugueses na cidade estavam geralmente limitados pelas freguesias mais centrais, e nessa área eles tendiam a solidificar as suas solidariedades, dividindo um mesmo cortiço, que podia ser inteiramente ocupado por imigrantes de Portugal. Essas comunidades criavam laços de autodefesa que geralmente resultavam em conflitos entre cortiços por questões de rivalidade ou prestígio, como uma grande briga entre portugueses ocorrida em 14 de Junho de 1877 na freguesia de Santana entre os moradores da Rua de São Diogo, 99, e os da Rua do General Pedra, 99<sup>41</sup>.

O processo de aprendizado dos jovens portugueses fica evidenciado nas fichas dos presos na Casa de Detenção quando uma malta contendo jovens imigrantes é presa em flagrante. A pouca idade dos lusitanos reafirma o seu papel de «caxingulês», como eram chamados os jovens iniciantes que participavam nas maltas. Como dissemos no capítulo precedente, o aprendizado envolvia uma espécie de rito de passagem, onde o neófito teria de provar a sua versatilidade no combate das ruas.

É o que deve ter acontecido com o imigrante do Porto Manoel Francisco de Oliveira, 19 anos, pintor, e o seu conterrâneo de cidade João Esteves, trabalhador, morador na Rua do Lavradio, presos em companhia do africano da Costa da Mina Júlio José de Barros, 50 anos, morador na Rua dos Inválidos.

A origem comum em Portugal deveria ser mais um factor que ajudava a congregar jovens imigrantes, como os quatro lusos vindos da cidade do Porto Pedro da Rocha Pereira, João António Lomba, António Teixeira Ferreira e o caixeiro José Eduardo da Rocha, presos na freguesia do Espírito Santo<sup>42</sup>.

Os quadros utilizados no capítulo anterior contêm informações valiosas para entendermos a presença de portugueses nas maltas de capoeira. Analisando-os, percebemos a presença equilibrada de portugueses por quase todas as freguesias e, na década de 1880, a sua concentração nas áreas mais centrais, como Sacramento e Santa Rita.

Essa sedimentação teve lugar no momento em que a presença lusitana era constante. A presença portuguesa manteve-se estável por todo o período das décadas de 70 e 80, geralmente oscilando entre 6,8% e 6,1%. Mesmo em maltas onde se encontram livres e cativos a presença de portugueses repete esse padrão, o que significa que é bem próximo do real.

Na repressão de 1890 esse padrão amplia-se bastante, chegando a 14,9%. Como vimos no começo do capítulo, a componente antilusitana fazia parte integrante da ideologia que mobilizou os responsáveis pela nova ordem republicana; de qualquer modo, os portugueses já eram vistos naquela época como personagens indissociáveis do universo da capoeira.

No gráfico n.º 1 vemos os locais de origem dos imigrantes lusitanos presos como capoeiras. As ilhas dos Açores e o Norte de Portugal respondem por 66,8% dos registos. O Porto tem uma presença considerável: 33,3%.

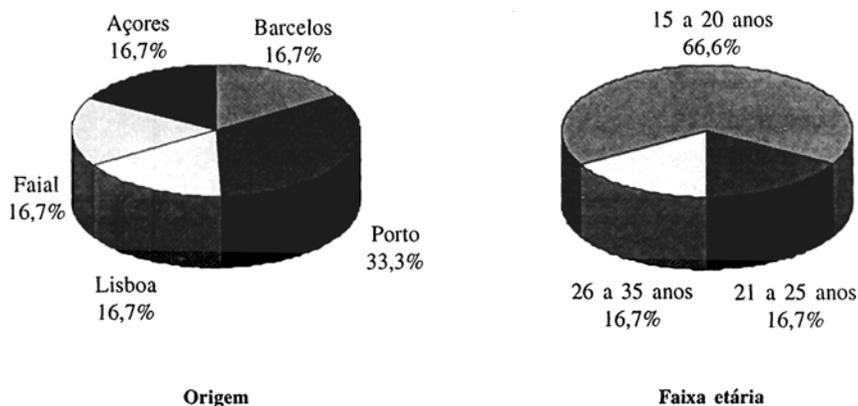
---

<sup>41</sup> L. 4040, Fs. 1241 e 1261, 14-6-1877, AP.

<sup>42</sup> L. 3965, Fs. 4403, 4418, 4494 e 4495, 24-12-1879.

Capoeiras portugueses, 1861-1868: origem e faixa etária

[GRÁFICO N.º 1]



A faixa etária dos capoeiras portugueses na década de 1860 indica que desde muito jovens eles já participavam nas maltas. Essa proporção deve aproximar-se da faixa etária dos recém-chegados, que, na grande maioria, entre 1850 e 1872, chegavam ao Brasil na adolescência.

Esse padrão precoce pode levar-nos a algumas conclusões. A pressão social a que eram submetidos os jovens imigrantes deve ter acelerado a sua socialização no ambiente urbano e facilitado a sua aceitação dentro dos grupos. Os recém-chegados tinham pressa de se adaptarem ao novo ambiente, de muitas formas hostil. A mortalidade precoce desses imigrantes também deve ter contribuído para um padrão tão jovem dos portugueses capoeiras<sup>43</sup>.

O gráfico n.º 2 registra os mesmos dados para a década seguinte. Desta vez o volume de informações é maior, mas, de qualquer maneira, na década de 1870 os padrões da imigração portuguesa modificam-se sensivelmente. 35,3% do total dos imigrantes presos são originários do arquipélago dos Açores. O Norte de Portugal, tendo como ponto central o Porto, responde por 58% dos registos, ficando para o Sul apenas 5,9%. O declínio do tráfico açoriano deve ter influenciado num padrão etário mais elevado, entre 21 e 25 anos. Esse dado coincide com os estudos mais conhecidos do tráfico português<sup>44</sup>.

Através do gráfico n.º 1 podemos perceber a hegemonia do Norte de Portugal no tráfico imigrante para o Brasil. O gráfico n.º 3, referente à

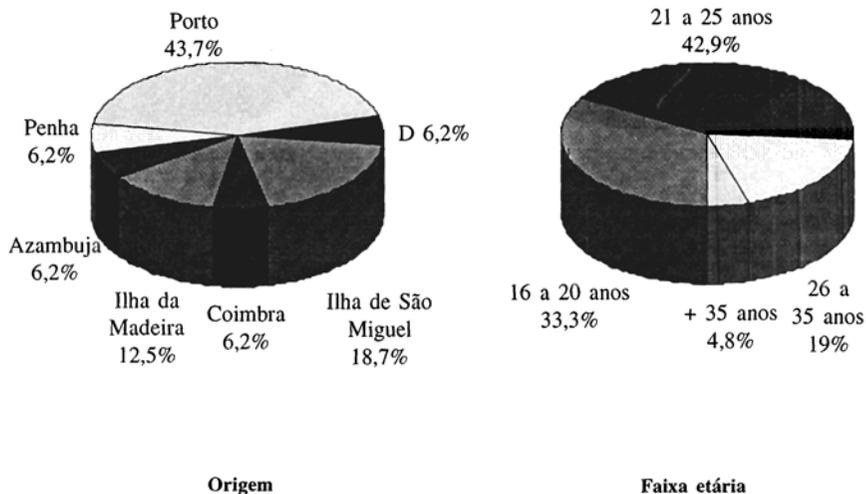
<sup>43</sup> Luís Filipe Alencastro, *op. cit.*, p. 55, «Epidemias e mortalidade no Rio de Janeiro».

<sup>44</sup> V. bibliografia de Alencastro.

década de 1880, corrobora esse domínio. Sá a cidade do Porto responde por 23,8% dos imigrantes. A faixa etária também se altera, mas com uma presença portuguesa ainda marcadamente jovem, entre 21 e 25 anos.

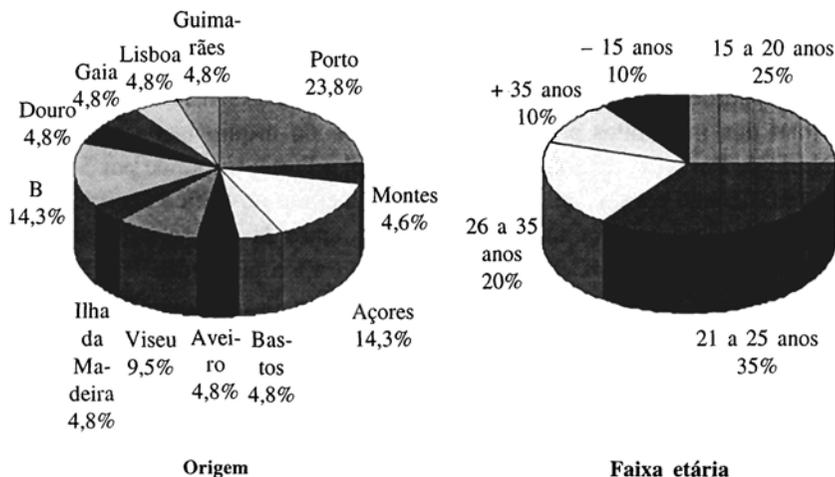
**Capoeiras portuguesas, 1870-1879: origem e faixa etária**

[GRÁFICO N.º 2]



**Capoeiras portuguesas, 1881-1888: origem e faixa etária**

[GRÁFICO N.º 3]



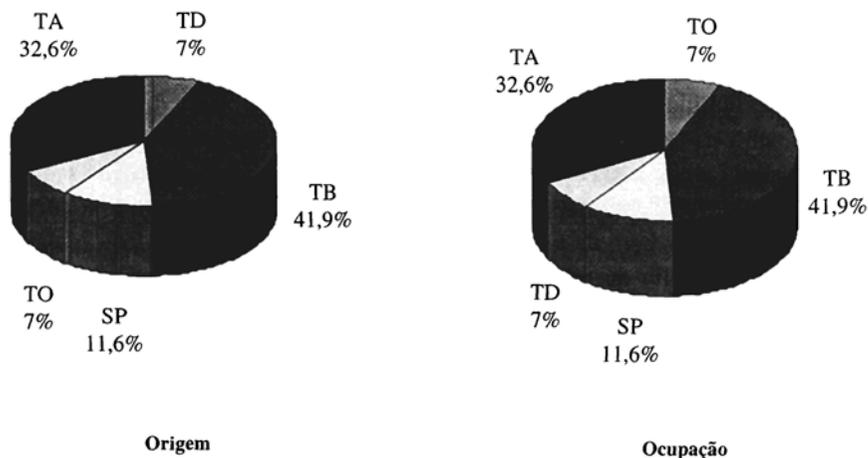
Estes dados permitem supor que a entrada dos portugueses nas maltas se fazia em tenra idade durante todo o período, o que indica não só a sua rápida adaptação a uma vida cultural diversa, mas também uma proximidade com a população negra e mestiça, que formava a maioria dos participantes nas maltas.

O gradual crescimento da presença lusitana nas maltas reforça a hipótese da expansão do anel social da capoeira nas décadas estudadas, fruto da sua popularidade e da sua adaptação ao ambiente urbano. A repressão de 1890 veio cortar esse crescimento, que somente será retomado nos meados do século XX<sup>45</sup>.

É importante a análise do gráfico n.º 4, referente aos dados de 1890. Por um lado, confirma o predomínio dos imigrantes do Norte de Portugal e das ilhas dos Açores, um dado corrente em todo o período. Mas o surpreendente é o predomínio das ocupações de rua entre os imigrantes. Esse padrão, peculiar aos portugueses, indica um nicho ocupacional específico ocupado pelos lusos e que os aproxima dos escravos da década de 1860.

**Capoeiras portuguesas, 1890: origem e ocupação**

[GRÁFICO N.º 4]



Podemos concluir que ser quintandeiro, condutor de bonde, carregador, vendedor de doces, profissões que muitas vezes eram típicas da condição

<sup>45</sup> V. Leticia Vítor de Souza Reis, *Negros e Brancos no Jogo da Capoeira: a Reinvenção da Tradição*, mestrado em Antropologia, FFLCH, USP, 1993.

escrava por volta de 1850, ao aproximar-se a viragem do século, estavam a ser exercidas por portugueses. Se esse padrão ocupacional ajuda a entender a forte presença lusitana na capoeiragem, podemos estar próximos da hipótese colocada no início do capítulo de que a presença portuguesa na capoeira do Rio de Janeiro do século XIX resulta da sua locação no mundo do trabalho, locação esta em substituição de uma mão-de-obra escrava cada vez mais escassa e cara.

Mas não só de barbeiro e comércio ambulante viviam os portugueses envolvidos com a capoeira. É o que vamos ver agora.

## OS «CORDÕES ELEGANTES»

O Teatro Alcazar Lírico, na Rua da Uruguaiana, no coração da cidade do Rio de Janeiro, era o ponto de encontro favorito para a boémia elegante da Corte dos anos finais do império. Para lá afluíam *voyeurs*, cavalheiros, *gentlemens*, senhoritas, *flâneurs* e outros integrantes da alegre burguesia das noites.

A madrugada de 19 de Março de 1877 parecia ser mais um fim de noite rotineiro. A ilustre plateia já se tinha retirado, deixando taças e copos espalhados pelas mesas. A actriz da moda, fazendo sucesso estrondoso na vida nocturna de então, era a francesa Suzanne Casterá. Os seus romances fugazes movimentavam os folhetins da época, consumidos vorazmente pelas meninas «de família».

Ao subir as escadas do prédio, na sombra dos bicos de gás, Suzanne foi surpreendida pelas costas por um golpe de um látego. Durante vários segundos a actriz foi ferozmente chicoteada. Enquanto gritava por socorro, Suzanne pôde ver bem de perto a face do agressor. Os empregados do teatro acorrem em auxílio da actriz.

O autor do atentado buscou evadir-se, sendo perseguido por todos os funcionários da casa. Chegando à rua, o atacante entrou num *tilbury*, que esperava à porta, e saiu em debandada. Os empregados ainda tentaram persegui-lo. Ao aproximar-se da esquina da Rua do Ouvidor, o carro foi detido por um policial. Uma rápida conversa, algumas notas no bolso, e o carro seguiu o seu trajecto veloz.

No dia seguinte Suzanne apresentou queixa perante o subdelegado e não teve dúvidas em reconhecer o agressor: José Elysio dos Reis, filho de uma das famílias mais importantes da capital<sup>46</sup>.

Aberto o inquérito, feito o corpo de delito, Juca Reis, como era conhecido, é indiciado no artigo 206 do Código Criminal (ofensas físicas leves). As testemunhas são arroladas e o acusado procurado no Hotel Paris, um dos mais elegantes da cidade, onde morava.

José Elysio dos Reis, 23 anos, solteiro, empregado do comércio, nascido na cidade do Rio de Janeiro, filho do visconde de São Salvador de Matosinhos e esposa, sabendo ler e escrever, apresentou-se perante o juiz António Paulino Soares de Sousa em 24 de Março. No interrogatório o cigarreiro português José Pereira Gonçalves afirmou ter visto o acusado fugir num carro com uma «rapariga escura», possivelmente sua criada.

José da Silva Alves, forrador do teatro, também português, viu o acusado entrar no teatro depois de finalizado o espectáculo acompanhado de uma dama e sua criada, e assistiu à agressão, participando na perseguição. O negociante lusitano Augusto de Azevedo Maia foi quem viu mais de perto a agressão de Juca Reis. E o seu testemunho foi o que mais comprometeu o acusado.

O processo correu durante longos meses, atravancado talvez pelo prestígio social da família do acusado, uma das mais importantes da colónia portuguesa no Brasil.

Em Março de 1878, afinal, José Elysio foi preso e levado para a Casa de Detenção para responder em processo por não ter pago a fiança no mesmo momento em que uma campanha policial de perseguição aos capoeiras ganhava as ruas.

Em Janeiro de 1879 Juca Reis estava livre e envolvia-se em novas brigas. Desta vez o adversário era mais ilustre, o senador Gaspar de Silveira Martins. Juca Reis vai tornar-se na década de 1880 um adversário rude de liberais e republicanos, até ser deportado por Sampaio Ferraz para Fernando de Noronha em Maio de 1890.

A história turbulenta de José Elysio dos Reis permite-nos abordar um dos ângulos mais curiosos da trajectória dos capoeiras no Rio de Pedro II: os «cordões elegantes»<sup>47</sup>, ou seja, os filhos das classes abastadas que fizeram fama no mundo da capoeira. José Elysio, mesmo tendo nascido no Rio, podia ser descrito como um «marialva» da Corte, como eram conhecidos em Portugal os ricos que frequentavam o *bas fond*. Os contemporâneos tinham uma imagem de Juca Reis que não deixava diferenças:

Bela figura de rapaz, forte, estroina e maneiroso, trajando sempre com apurada elegância, José Elísio dos Reis — o Juca Reis, como era conhecido — tinha-se tornado famoso nas vielas do crime pelos seus constantes conflitos e violências, frequentes espancamentos a mulheres decaídas e

---

<sup>47</sup> Os «cordões elegantes» eram descritos como «[...] capoeiras amadores [...] cuja especialidade era promover conflitos e desordens nos teatros e casas de jogos e demais lugares frequentados pela alta roda da Corte» (*Revista do Arquivo Municipal*, ano xvi, vol. cxxvi, São Paulo, Julho-Agosto de 1949, p. 76).

pela autoria ou cumplicidade de um assassinato ocorrido em meados de 1888 na Rua dos Andradas, junto ao Largo de São Francisco de Paula<sup>48</sup>.

O caso de Juca Reis não era isolado. Na verdade, por volta dos últimos anos da monarquia a capoeira era uma febre entre os jovens da elite. Seduzidos pela acrobacia característica dos seus golpes e por se ter tornado uma espécie de «passaporte» para quem quisesse conhecer os submundos da marginalidade, a capoeiragem era ansiosamente cultivada pelos filhos das «boas famílias». Coelho Neto descreve assim os «marialvas» da Corte do Brasil:

Capitão Ataliba Nogueira; os tenentes Lapa e Leite Ribeiro, dois *bar-ras*; Antônio Sampaio, então aspirante da marinha, e por que não citar também Juca Paranhos, que engrandeceu o título de Rio Branco na grande obra realizada no Itamarati, que na mocidade foi *bonzão* e disso se orgulhava nas palestras íntimas em que era tão pitoresco<sup>49</sup>?

Coelho Neto descreve as «tropelias» praticadas por Juca Reis depois de abafado o processo de Suzanne Casterá. Em Agosto de 1882, juntamente com a sua malta, Juca Reis atracou-se com um grupo de oficiais argentinos no Teatro das Novidades sob a alegação de que um deles olhara de modo insinuante para a mulher que o acompanhava. A briga tornou-se um grande «fregue», como se dizia das arruaças nos botequins do tempo, e Juca Reis acabou preso e processado.

O jornal *Corsário* de 2 de Setembro de 1882 chamava-lhe «flagelo social» e pedia ao pai que o enviasse para Portugal, onde poderia dar cabeçadas e navalhadas aos seus próprios patrícios...<sup>50</sup>

Várias personagens ilustres da viragem do século tiveram os seus tempos de capoeira. O próprio Sampaio Ferraz, inimigo declarado *dos* capoeiras, fora hábil praticante *da* capoeira, talvez uma forma de enfrentar os seus inumeráveis inimigos. Uma vez, no auge da repressão de 1890, por ele levada a cabo, Sampaio Ferraz teve uma discussão com Luís Murat, secretário-geral do governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela. Luís Murat discordava dos métodos de Sampaio Ferraz na luta contra a capoeira, e os dois resolveram tratar as suas diferenças na base da rasteira e da cocada. O palco do duelo foi o Café Inglês e Murat levou a melhor, jogando Sampaio de encontro a uma mesa de mármore.

Talvez o motivo da contenda tenha sido a prisão de Pedro Murat Pilar, irmão de Luís Murat, que, apesar de ser republicano militante, fora detido como capoeira no dia 10 de Janeiro de 1890<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> *Ibid.*

<sup>49</sup> Coelho Neto, *Bazar*, Porto, Livraria Chardron, 1928, pp. 135-136, «O nosso jogo».

<sup>50</sup> *O Corsário* de 2-9-1882.

<sup>51</sup> L. 1890, F. 104, 10-1-1890.

Um dos mais famosos «capoeiras amadores» era Plácido de Abreu Moraes. Nascido em Portugal em 1857, como tantos imigrantes portugueses que vieram ao Brasil «fazer a América», ele desembarcou no Rio na passagem da puberdade para a adolescência. Logo se viu envolvido em grupos de capoeiras. Em Janeiro de 1872, no auge da repressão dirigida por Ludgero Gonçalves da Silva, Plácido era preso para averiguações por causa de um crime de morte<sup>52</sup>.

Depois de conseguir um emprego de caixeiro, Plácido passou a dedicar-se à vida literária. Aprendeu tipografia. Escreveu romances, peças de teatro e poemas<sup>53</sup>.

Fervoroso republicano, colaborou com Sampaio Ferraz no *Correio do Povo* e com Lopes Trovão em *O Combate*. Chegou a ser implicado no atentado contra o imperador Pedro II em Junho de 1889<sup>54</sup>. A sua obra mais importante para nós é o opúsculo *Os Capoeiras*.

Plácido de Abreu, ou Pompeo Steel, como gostava de ser conhecido, era um misto de capoeira, militante republicano e literato. Várias vezes tentou entrar no selecto mundo da academia literária, sem sucesso<sup>55</sup>.

A sua outra obra, *Nagôas e Guayamús*, continua desaparecida. Apesar de republicano da primeira hora, desencantou-se quando o marechal Floriano Peixoto rasgou a Constituição de 1891. Aderiu à revolta da armada e foi assassinado em Fevereiro de 1894<sup>56</sup>.

Em Dezembro de 1861 o próprio Floriano, ainda cadete da Academia Militar, enfrentara o lendário Manduca da Praia e a sua malta e, segundo conta a tradição, batera-se com os navalhistas, usando golpes de habilidoso capoeira.

Esta história retrata quanto a capoeira seria parte integrante das memórias de juventude para a geração que dominou a República na viragem do século:

Era uma noite quente e alguns colegas de Floriano saíram do Largo de São Francisco, onde era a Escola Militar, e dirigiram-se ao Largo da Carioca. Ali foram barrados pelos capoeiras sob a chefia de Manduca da

---

<sup>53</sup> Entre as suas obras destacam-se *A República dos Caloteiros*, *O Crápula*, *Tímidos Cantos* (v. Sacramento Blacke, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 1883-1902, vol. vi., p. 78).

<sup>54</sup> Afrânio Coutinho, *Enciclopédia da Literatura Brasileira*, vol. 1, Rio de Janeiro, MEC, 1990.

<sup>55</sup> *A Semana* de 22-5-1886.

<sup>56</sup> Coelho Netto, *op. cit.*, p. 137, narra assim a morte de Plácido: «Morreu com a heroicidade de amouco, fuzilado no túnel da Copacabana, e só não dispersou a treda escolta, apesar de enfraquecido, como se achava, com os longos tratos na prisão, porque recebeu a descarga pelas costas, quando caminhava na treva, fiado na palavra de um oficial de nome Romano.»

Praia, chefe de malta de Santa Luzia. Tiveram de bater em retirada. Aca-brunhados e tristes, reuniram-se no Largo. Aproximou-se deles o cadete Floriano, na sua farda da Escola Militar. Conversando com os colegas, soube do acontecido.

— *Só isso senhores? Esperem um pouco que eu já venho.*

Regressou vestindo um casaco velho e comprido. Na cabeça, um grande chapéu de abas largas. E uma bengala, que serviria de porrete. Apon-tou na direcção do Largo da Carioca:

— «Podem vir, rapazes!»

O grupo seguiu até à Rua da Vala (actual Uruguaiana), onde estaca-ram: ali estava Manduca da Praia e os seus companheiros. Floriano con-tinuou em linha recta até chegar junto de Manduca. Frente a frente com o lendário chefe de malta, disse:

— *Com sua licença, meu senhor, nós vamos passar para o Largo da Carioca.*

— *Aqui ninguém passa — retrocou o capoeira, sorrindo, à espera do combate.*

Imperturbável, Floriano aplicou uma rasteira em Manduca, enquanto gritava aos seus colegas:

— *Podem passar, rapazes.*

Encorajados, os jovens saltaram sobre a malta e, enquanto o seu chefe permanecia fora de combate, deram um surra nos navalhistas. Pouco depois, amarrotados, e em alegre algazarra, chegavam ao Largo da Carioca.

Entre os amigos do jovem Floriano que naquela noite deram cabo da malta de Santa Luzia estava Juca Paranhos, futuro barão do Rio Branco<sup>57</sup>.

## EPÍLOGO

A presença de imigrantes, principalmente portugueses, e homens brancos nas maltas da Corte do segundo reinado era sinal da riqueza e da comple-xidade da cultura da capoeira no Rio do século XIX. Hábil o bastante para sobreviver a décadas de feroz perseguição e flexível o suficiente para incor-porar os elementos mais díspares e de origens mais diversas, a capoeira demonstrou nestes anos a sua força como «porta de entrada» na cidade para estrangeiros, forasteiros e desamparados.

Italianos, argentinos, paraguaios, alemães, norte-americanos, chilenos, franceses, espanhóis, uma babel de nacionalidades diversas escondia-se nas sombras da capoeiragem. Construída por africanos em terras brasileiras, a capoeira vai ter o seu destino marcado pelo carácter cosmopolita da capital

ANEXO

GÍRIAS DOS FADISTAS LISBOETAS<sup>60</sup>

- Abuzinações* — calças de boca-de-sino usadas pelos «fadistas»  
*Adaga* — navalha  
*Alcova* — quarto de negócios, amor  
*Aliviar* — roubar  
*Anjo-da-guarda* — soldado da guarda municipal, advogado de defesa  
*Armação* — conseguir ganhar jogo depois de muitas tentativas  
*Arrefecer* — matar  
*Bailão* — fadista apaixonado  
*Bailhão* — fadista desordeiro, amigo de contendas e barulho  
*Baiuca* — bar, taberna, hotel  
*Bandurrilha* — vadio, meliante  
*Basófia* — aguardente  
*Bater na lousa* — cair no chão  
*Bilhete* — sopapo, bofetada  
*Branco* — pessoa fácil de enganar; que nada percebe do jogo  
*Brejeiro* — vadio, malicioso  
*Bute* — pé de barriga  
*Cachimbo* — os pés  
*Caixa de corno* — cabeça  
*Calcante* — pé  
*Cambapé* — rasteira  
*Cambona* — bofetada  
*Casa do cão* — penitenciária  
*Cegonha* — agente de polícia  
*Chulipa* — bofetada, pancada com o lado exterior do pé nas nádegas de outrem  
*Churdar* — roubar  
*Corneta* — cara  
*Cozinha* — esquadra de polícia  
*Derrubador* — faca  
*Entra-na-música* — espião de polícia  
*Escova* — bengala ou cacete  
*Esfriar* — matar  
*Espinha* — navalha ou punhal  
*Estampa* — bofetada  
*Facha* — rosto  
*Fadista* — homem brigão, vadio, desordeiro  
*Fadistagem* — vida de fadista, grupo de fadistas  
*Faia* — fadista  
*Finfar* — bater  
*Fusco* — agente da polícia  
*Galinheiro* — prisão  
*Gambéria* — rixa, trapaça  
*Gambuzino* — agente da polícia secreta

---

712 <sup>60</sup> José Machado Pais, *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, Lisboa, Editorial Quercus, 1985, pp. 131-142.

do império. Quando o tráfico atlântico de africanos já estava havia muito extinto, ainda havia espaço para filhos da «costa da África» no jogo da capoeira, como Manoel da Roza, 38 anos, marítimo, nascido em Cabo Verde, preso na derradeira perseguição montada pelo regime republicano.

Em conclusão, podemos arrematar a participação maciça de imigrantes portugueses dentro das maltas de capoeiras por três factores distintos: primeiro, os portugueses eram a esmagadora maioria dos estrangeiros na cidade e formavam uma boa parte da população trabalhadora. Em segundo lugar, a vida cultural das camadas urbanas mais empobrecidas em Lisboa e nas maiores cidades de Portugal aproximava-se bastante da cultura urbana das incipientes cidades brasileiras do século XIX. A cultura escrava carioca somada ao mundo do «fadista» lusitano produziu uma simbiose do Rio de Janeiro dos últimos decénios do século XIX e que até hoje marca a alma da cidade<sup>58</sup>.

Por último, e talvez mais importante, a proximidade de condições de vida e trabalho e os laços de solidariedade tecidos pelo infortúnio e pela miséria sugerem ser a capoeira muitas vezes o elo fundamental entre culturas separadas por quilómetros de oceano e séculos de história. Irmanados na mesma desdita, africanos, crioulos e portugueses no Rio de Janeiro após 1850 demonstraram aos seus contemporâneos e aos homens do futuro quanto a cultura poderia ser transformada pelos seus agentes mais humildes.

Por último, as façanhas do português Manuel dos Búzios, retratado em pequena nota de jornal, demonstra quanto o intercâmbio cultural entre africanos e portugueses podia conduzir a situações insólitas:

Sem brio e sem vergonha, Manuel dos Búzios jogava o búzio noite e dia sobre as tarimbas com os próprios negros, seus feitorados; e, quando eles não tinham guimbo, Manuel dos Búzios apontava-lhes os terreiros cheios de café do patrão, e daí a pouco os burrinhos do providente feitor vergavam ao peso das paradas do búzio<sup>59</sup>!

---

<sup>58</sup> No Rio, nos anos 1930, ainda se apelidavam os portugueses de «malanje» ou «mondrongo», termos de origem africana, como o primeiro, que se refere a uma cidade da costa oriental (Gladys Sabina Ribeiro, *op. cit.*, pp. 50 e 54).

<sup>59</sup> *Diário do Rio de Janeiro* de 17-1-1872.

*Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira*

---

*Gaspa* — bofetada  
*Gingar* — dar pulos na frente de outra pessoa procurando agredi-la  
*Guita* — guarda municipal  
*Juntas* — pernas  
*Lamber o fundo do tacho* — cair no chão  
*Macarrão* — pancadaria  
*Malhar* — dar pancada  
*Marar* — esfaquear  
*Meio-bordo* — facada  
*Meter a mão aos arames* — tirar a navalha do bolso  
*Muda* — navalha ou faca  
*Naifa* — navalha  
*Narceja* — bofetada  
*Palito* — punhal  
*Pardal* — agente da polícia secreta  
*Pasma* — patrulha ou sentinela  
*Pesada* — a mão  
*Picada* — navalhada ou facada  
*Pingente* — malandro  
*Prado* — prisão  
*Punida* — enxerga de prisão  
*Puxar pelo rabo à sota* — mostrar-se valente  
*Quebra-esquinas* — marialva  
*Rasteira* — jogo especial que obriga outra pessoa a cair  
*Requebro* — inflexão de voz e corpo  
*Risca* — cortadela de navalha  
*Risco* — marca de navalha  
*Ronda* — jogo de azar  
*Ruiva* — polícia  
*Rusga* — patrulha, desordem  
*Sarda* — faca  
*Sardinha* — navalha  
*Tiba* — navalha  
*Tibada* — facada  
*Trolha* — bofetada  
*Um-sete* — navalhada  
*Verde-limo* — prisão  
*Vermelhinha* — jogo doloso com cartas  
*Vindimado* — assassinado  
*Vindimar* — matar, roubar  
*Virar* — assassinar  
*Xelindró* — prisão, cadeia

